

## QUESTÕES DISCURSIVAS: RETOMANDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Nyvia Cristina Bandeira de Castro\**

### INTRODUÇÃO

Este texto, produto de algumas leituras e outras tantas reflexões, nos introduz no estudo de algumas questões fundamentais sobre a Filosofia da Linguagem.

Quando se evoca o entendimento e a compreensão de um discurso - um conjunto de enunciados - possuidor de uma determinada qualidade significativa, supõe-se sua interpretação como universalmente possível. No entanto, as possíveis interpretações serão sempre feitas em função de determinados marcos de inteligibilidade que orientarão o leitor/ouvinte/o que interpreta o discurso, no sentido de o fazer "ver" aquilo que há de lhe interessar no objeto focalizado. Em consequência, nessa sua "compreensão" estará embutida uma série de variáveis moldáveis (e moldadas) pelo tempo, e que o intérprete estará vivenciando: sua relação e diálogo com o estrato histórico em que está inserido<sup>1</sup>, os recursos advindos do desenvolvimento da tecnologia, sua aprendizagem, sua práxis e, finalmente, a própria identidade individual.

A nós, interessamos circular pelo espaço virtual compreendido entre tais enunciados, emitidos através dos discursos, e esse espaço de inteligibilidade proporcionado por aquele conjunto de variantes citadas anteriormente.

Para isso começaremos por estudar algumas questões essenciais que nos permitirão pensar esse espaço potencialmente capaz de realizar alterações na articulação dos enunciados, modificações essas, capazes de criar novos campos de entendimento.

Nesse percurso, serão abordados os seguintes tópicos:

- Implícito não discursivo
- Transformação incorporal
- Linguagem como representação
- Palavra de ordem

---

\* Professora da PUC de São Paulo.

1. Os estratos históricos são, para Foucault, camadas sedimentares formados da combinação de: maneiras de dizer (campo da dizibilidade) e maneiras de ver (campo de visibilidade); de palavras e coisas; de expressões e conteúdos (expressão e conteúdo não são, como para Hjelmsleu, sinônimos de significado e significante pois, tanto expressão como conteúdo têm **forma e substância**).

## IMPLÍCITO NÃO DISCURSIVO

Há uma prática primitiva, que se traduz no que poderíamos chamar de uma "prática do dom e do contra dom". Nessa prática, uma tribo é convidada por uma outra tribo para visitá-la. A convidada, será oferecida uma faustosa festa. A tribo convidada comparece à festa e participa dela, sabendo que, nesse convite, está implícita uma lei: a tribo convidada terá que retribuir com uma outra festa, ainda mais luxuosa que a que lhe foi oferecida.

Aí está um exemplo do que se entende por implícito não discursivo: algo que se passa na ordem da linguagem, mas que não foi explicitado no código. Não constitui uma proposição à parte, mas também não faz parte do conteúdo do discurso não podendo, portanto, se constituir numa frase. Assim, se se faz uma análise da proposição, não se encontrará nada **explicitamente** enunciado. Mas esse implícito não discursivo ali estará representado.

**Koch (1987, 26)** citando **Ducrot (1978)** comenta que "o **sentido explícito** (aquele cuja transmissão é apresentada como objeto do discurso) *constitui, nas línguas naturais, apenas um nível semântico, de modo que, subjacentes a ele, podem-se dissimular outros níveis de significação implícitos. Além disso, existe um implícito absoluto - aquilo que se introduz por si mesmo no discurso e que o locutor diz sem que o queira e mesmo sem que o saiba - e o implícito relativo, interno, aquilo que o locutor quer dizer... Compreende-se o querer dizer como um querer fazer; desse modo, introduzem-se no sentido todas as intenções de ação (isto é, atos ilocutórios) e admite-se que o locutor deseja, de algum modo, fazer conhecer essa intenção. Daí a necessidade de o ato ilocutório possuir um caráter público, declarado, o que porém não impede que o locutor negue a responsabilidade do implícito; além disso, o querer dizer do locutor pode tomar a forma, bastante indireta, de um consentimento ao que os outros queiram fazê-lo dizer."*

Todas essas considerações desembocam numa questão fundamental: A linguagem é, afinal, pura representação ou, em si mesma, ela tem um caráter ativo? (E ainda, tal questão poderia ser colocada de forma tão dicotomizada?)

Existem duas perspectivas para se abordar essa questão. Uma primeira trata a linguagem, simplesmente, como **representação** de um mundo de FORMAS/IDÉIAS, inapreensível em si. Numa segunda perspectiva, a linguagem é vista como pura **ação**, como possibilidade de produção. Nesse caso, eleva-se a operação dos corpos à dimensão da linguagem.

Enquanto representação, na linguagem reproduz-se algo que está dentro da realidade. A noção de ação, por outro lado, implica uma transformação na realidade.

Segundo Foucault (1972), o ponto de partida para se observar essa **ação** na linguagem está numa análise dos enunciados. Não lhe interessarão as proposições e as frases, mas os enunciados que, para ele, são essencialmente raros. *"Não apenas de fato, mas de direito: eles são inseparáveis de uma lei e de um efeito de raridade. É inclusive uma das características que fazem com que eles se oponham às proposições e às frases."* (Deleuze 1988, 14).

Ainda segundo Foucault, as proposições e as frases, ao contrário dos enunciados, visam a um objeto discursivo. O objeto discursivo dos enunciados deriva, no entanto, do próprio enunciado. As frases podem ser reiniciadas. As proposições se reatualizam. Só os enunciados, porém, podem se repetir, pois eles se definem sempre através da relação com alguma **outra** coisa. Se essa **outra** coisa é um **outro** enunciado, então, ele se repetirá.

Os enunciados se distinguem também das palavras, frases e proposições, porque abarcam tanto as funções de objeto, como de sujeito e ainda também a função de conceito.

Perceber as transformações ocorridas nesse espaço virtual composto pela articulação enunciado/sujeito/objeto/conceito é, para Foucault, trabalhar numa diagonal que corta o campo formado pelas relações discursivas (campo da dizibilidade) e as relações não discursivas (campo da visibilidade).

## TRANSFORMAÇÃO INCORPORAL

O implícito não discursivo - esse regime de produção que existe enquanto potência, mas não objetivamente como realização ou ato - ainda que não esteja formulado, produz uma transformação. Essa transformação é de ordem jurídica, pois faz emergir uma aliança, um compromisso, embora não se encontre em nível dos corpos. Pelo fato de não haver uma materialidade visível, poder-se-á dizer que é uma transformação incorporal.

Em virtude dessa transformação, entra-se em um outro universo. Uma nova perspectiva se abre, sem que os corpos tenham se transformado. As práticas humanas passam a fazer parte de um outro universo discursivo. A linguagem, ao invés de se encontrar no campo da representação, passa para o campo da produção, atualizando seu potencial de transformação.

Isso significa que o reino dos signos intervém no mundo dos corpos. Intervém, mas não transforma. Nos corpos não há transformação, mas a emergência de um novo universo discursivo. Um novo sentido.

Esse novo sentido se tornará dizível, em um segundo momento, designável. Terá uma significação que se manifestará na conformação de um, qualquer, **outro** enunciado.

Para esse novo sentido - um acontecimento - haverá a possibilidade de poder ser expresso ou exprimível, enunciado ou enunciável, por meio de proposições. **Benveniste** (1966), em **Problemas de Lingüística Geral**, fala da existência de três relações distintas na proposição: a designação, a manifestação e a significação.

*"A primeira chamada designação ou indicação é a relação da proposição a um estado de coisas exteriores. O estado de coisas é individual, comporta tal ou tal corpo, misturas de corpos, qualidades e quantidades, relações. A designação opera pela associação das próprias palavras com imagens particulares que **devem representar** o estado de coisas: entre todas aquelas que são associadas a palavra, tal ou tal palavra à proposição, é preciso escolher, selecionar as que correspondem ao complexo dado. A intuição designadora exprime-se então, sob a forma: **é isto, não é isto**.*

*... Uma segunda relação da proposição é freqüentemente chamada de manifestação. Trata-se da relação da proposição ao sujeito que fala e que se exprime. A manifestação se apresenta, pois, como o enunciado dos desejos e das crenças que correspondem à proposição.*

*A indicação ou designação subsumia os estados de coisas individuais, as imagens particulares e os designantes singulares: mas os manifestantes, a partir do EU constituem o domínio do pessoal, que serve de princípio a toda designação possível. Enfim, da designação à manifestação se produz um deslocamento de valores lógicos representados pelo COGITO: não mais o verdadeiro e o falso, mas a veracidade e o engano.*

*A terceira dimensão da proposição é a significação: trata-se da relação da palavra com conceitos **universais** ou **gerais** e das ligações sintáticas com implicações de conceito." E ainda, "a significação não fundamenta a verdade sem tornar ao mesmo tempo o erro possível. Eis porque a condição de verdade não se opõe ao falso, mas ao absurdo: o que é sem significação, o que não pode ser verdadeiro nem falso." (Deleuze, 1974, 15).*

## LINGUAGEM COMO REPRESENTAÇÃO

Aqui nos deparamos com a necessidade de nos reportarmos a um ponto de visto histórico.

Há um momento na história do pensamento do homem que pode ser chamado de pré-racional. Mas, ainda que pré-racional, nele existe uma prática da Verdade.

Em **Vigiar e Punir**, **Foucault** (1977) introduz, na história do pensamento humano, a idéia da existência de dois momentos bem distintos. Para ele, mesmo antes do advento da polis grega, os homens já se preocupavam com

a verdade que se manifestava, sobretudo, através de duas práticas: o duelo e a jura aos deuses. Através do duelo, produzia-se uma verdade que estaria com aquele que, na competição, se mostrasse o mais forte, o mais belo, o mais justo, o mais valoroso. O estatuto de verdade resultava da ação, importância e prestígio do herói - era PRODUZIDO pelo herói. A verdade, nesse momento, está, portanto, no campo da produção.

A partir do nascimento da cidade grega, emerge um elemento que a verdade não pressupunha: a figura da testemunha. Assim, só existirá a verdade se houver uma testemunha para fazer a narrativa do acontecimento. Para Vernant (1989, 34), *"o que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preemência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder"*.

A testemunha narra, faz um discurso - esse discurso é a reatualização de um acontecimento do passado.

Ao reatualizar o acontecimento, ela re-apresenta-o, tornando-o VERDADEIRO. E é por uma **representação** discursiva que, na posição de testemunha, se opera essa reatualização: com a testemunha, a verdade que está no passado é representada através do discurso.

A testemunha faz da verdade uma representação: ela representa um acontecimento do passado, algo consumado. A verdade sai, portanto, do campo da produção para entrar no campo da representação.

O platonismo vai colocar a questão da verdade perguntando-se: com quem está essa VERDADE? Para Platão (sec. IV a.C.) aquele que está investido do poder de falar a verdade, como testemunha, é o **filósofo** (o filósofo é que representará o Estado). É ele que re-produz, re-apresenta o passado através do discurso.

Poderíamos, então, afirmar que a consequência (o efeito) dessa **representação** é a **produção** da verdade? Não. Não porque, nessa perspectiva, a verdade **continua** no passado. A testemunha/filósofo apenas reproduz a verdade no discurso. Seu papel será o de atribuir à palavra a sua "*verdadeira*" função: a negação da doxa/opinião (que se concretizava na prática discursiva sofista - a retórica sofística) através da legitimação da prática teórica de um "**discurso integralmente justificado** que, em cada momento de seu desenvolvimento, explica o fato que ele diz isto ao invés daquilo, que diz desta maneira e não de outra." (Chatelet, 1981, 87).

À partir do advento da testemunha, surgirá toda uma tecnologia para mostrar a quem cabe esse papel, quem pode se arvorar em testemunha. E não será qualquer um. Todo o sistema de saber do ocidente vai ser montado em cima da figura da **testemunha**.

Dessa relação da **testemunha/representação da verdade**, emerge toda uma Ética. No momento em que se coloca essa questão da testemunha, coloca-se também a questão do depoimento falso ou verdadeiro. A testemunha **pode** dizer algo que seja falso. Os gregos, então, e sobretudo Platão, farão uma Filosofia dos pretendentes a testemunha: os filósofos. O saber já não será mais visto como uma produção de qualquer um, ao qual, qualquer um, teria acesso, desde que pagasse (como para os sofistas). Só o filósofo tem esse poder - só o filósofo SABE.

No diálogo **República**, Platão construirá o que, daí para frente, será um verdadeiro manual de toda "*produção teórica - que justifica, a cada momento de seu processo - sua própria aparição. As pontuações estilísticas dos dois interlocutores Adimante e Clauco, que poderiam parecer ter relação com o processo, tem por fim profundo sublinhar isto: que não existe outra prova que a que se dá no e pelo intercâmbio discursivo, e a própria realidade da adesão de todo interlocutor possível. A verdade é a obra e a conclusão do diálogo.*" (Chatelet, 1981, 91).

## PALAVRA DE ORDEM

Em toda e qualquer língua, aparece explicitamente uma palavra de ordem que geralmente se apresenta caracterizada pelo uso do imperativo verbal. No entanto, essa noção de palavra de ordem nem sempre está explicitada no código. Ela atravessa o enunciado sem que se possa, mesmo numa análise mais precisa, encontrar **aquela** palavra de ordem que vai produzir a transformação a ser observada, ou um compromisso tácito.

Um exemplo bem oportuno é aquele que pôde ser constatado na campanha desencadeada para se eleger o futuro presidente do Brasil. O então candidato, Fernando Collor de Melo, em sua campanha no Estado de Alagoas, utilizou como apelo, o seguinte enunciado:

- "*Minha gente, não me abandonem, conto com vocês!*"

A imagem e o apelo foram diversas vezes mostrados pelos meios de comunicação em cadeia nacional por todo país.

No decorrer da campanha, aquele apelo foi modificado. Tendo excluído a segunda parte "*não me abandonem, conto com vocês*", todas as vezes em que convocava "*sua gente*" deixava subentendido aquele apelo imperativo/ a palavra de ordem: "*não me abandonem, conto com vocês!*"

Em qualquer situação comunicativa, nós nos habituamos a pensar a linguagem como representação. Se tentarmos, no entanto, pensá-la através dessa dimensão da Palavra de Ordem, a linguagem passa de representação a ação, já que a perspectiva da linguagem, enquanto representação, sub-

sume, em si mesma, aquela dimensão da palavra de ordem, da linguagem enquanto ação.

Enquanto representação, a linguagem é impassível e se desdobra sem se repartir: ela é sempre um futuro por vir e, já, acontecimento passado. Aliás, ela não é o acontecimento - o acidente. Ela é, do acontecimento o puro exposto, o tema que se constitui pelos componentes do acidente. A linguagem, enquanto representação, contém o acontecimento nesse passado a ser representado, e nesse futuro em devir, impedindo-o de se efetuar como presente, enquanto ação.

Pela Palavra de Ordem, a ação se efetua. É possível se fazer intervenções.

Pensar a dimensão da Palavra de Ordem na linguagem, permite-nos resgatar a própria linguagem não mais como representação, mas já aí como invenção, recuperando sua capacidade de interferência - como produção de realidade.

Produzir é fazer a diferença, é problematizar. O que nos interessará, então, é perceber que tipo de estratégia está fazendo funcionar o estrato histórico (produto do visível e do enunciável) e, no qual, está inserido o segmento discursivo que leva à produção, à ação e, conseqüentemente, às transformações que mobilizam nosso interesse como objeto de estudo.

## BIBLIOGRAFIA

- CHATELET, François. (1982). Platão. In: *História da Filosofia: Idéias, Doutrinas*, Rio de Janeiro: Zahar. vol.1.
- DELEUZE, Gilles. (1974). *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- DUCROT, Oswald. (1972). *Estruturalismo e lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Pré-supposition et alusion*. Texto mimeografado.
- FOUCAULT, Michael. (1972). *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1987). *As palavras e as coisas - uma arqueologia das ciências*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Vigiar e Punir - nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- PLATÃO. (1973). *Diálogos*. Lisboa: Vozes.

VERNANT, Jean Pierre. (1979). A bela morte e o cadáver ultrajado. In: *discurso*, nº 9, LECH.

\_\_\_\_\_. (1989). *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VEYNE, Paul M. (1982). *Como se escreve a história - Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.